

Aula de emprego e desemprego

Uma recomendação de leitura para os candidatos à presidência: a conferência que o empresário Paulo Cunha, presidente do Grupo Ultra, preparou para a platéia da Escola Superior de Guerra.

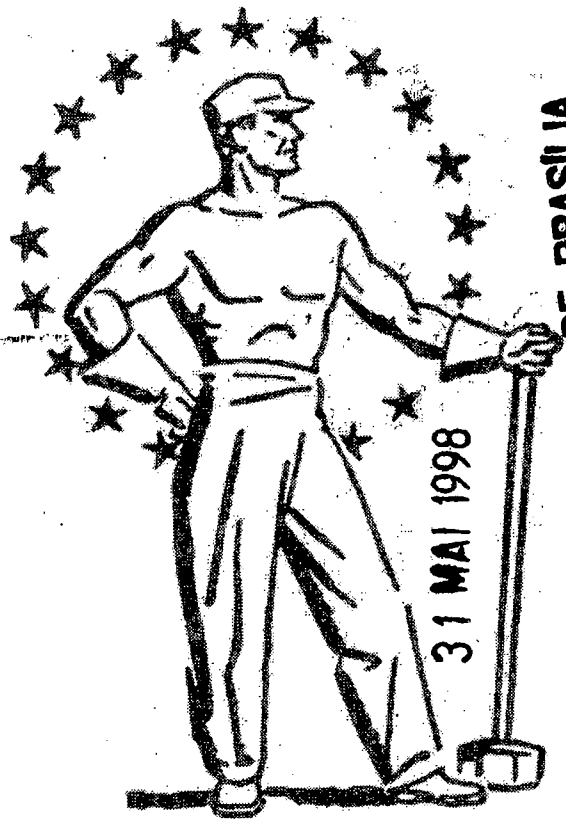
Cunha preside um grupo que faturou R\$ 1,1 bilhão no ano passado, tem oito mil empregados e nos últimos seis anos desempregou outros oito mil. Já recusou três ministérios, duas vezes o da Fazenda e uma o da Indústria e Comércio.

A palestra mostra que a questão do emprego é mais simples do que supõe a vã filosofia de Brasília.

Para que a máquina social brasileira funcione direito, terá de gerar, a cada ano, até 2.015 (no sexto mandato de FFHH) 1,3 milhão de empregos. É a cota necessária para se absorver o aumento da população economicamente ativa, a tal PEA dos economistas. Essa PEA cresceu a taxas de 2,7% ao ano entre 1991 e 1996, apesar do crescimento demográfico ter ficado em 1,4%.

Isso acontece, entre outros motivos, por causa do impressionante afluxo das mulheres ao mercado de trabalho. No espaço de tempo de uma geração, as mulheres passaram de 18% da mão-de-obra, em 1960, para 38% em 1995.

Na década de 80, que se costuma chamar de "perdida", o Brasil criou 18,8 milhões de empregos (um aumento de 44%), contra 18,5 milhões nos Estados Unidos (18%) e 160 mil na França (0,2%). Esse colchão social foi fabricado por políticas protecionistas e não pode-



ria durar, mas agora é o caso de se pensar se convém incendiar a casa para trocar a roupa de cama.

Cunha sustenta que o Brasil deve criar um sistema duplo de busca da competitividade, assim como fazem os japoneses e os europeus. Nos dois casos eles têm setores industriais aguerridos, mas garantem a mão-de-obra preservando atividades que dão emprego.

A lavoura do Japão é deliberadamente anti-econômica, porque não se destina a exportar arroz, mas a empregar

uma parte da população no seu cultivo. É mais fácil vender cocaína aos japoneses do que um quilo de arroz. O mesmo sucede com a carne. Na Itália, os hipermercados não podem se estabelecer em algumas cidades, pois a população preferiu manter o sistema tradicional das pequenas lojas, que podem até cobrar mais caro, mas dão empregos.

No Brasil estaria havendo uma louca cavalcada que gera mais desemprego do que competição. Um exemplo disso é o caso do prefeito Celso Pitta, que pretende tirar a empregabilidade de 13 mil cobradores de ônibus, substituindo-os por catracas eletrônicas. Na França, um sistema semelhante levou 10 anos para ser implantado. Não demorou porque é difícil montar uma catraca num ônibus, mas porque é difícil empregar os cobradores.

Os sábios da ekipekonômica podem dizer que esse sistema duplo é o disfarce de um retorno ao protecionismo. Fazem isso porque a maioria deles, como o ministro do Trabalho, Edward Amadeo, não conhece uma pessoa desempregada. (Talvez eles não entendam porque os 1,5 milhão de desempregados de São Paulo não são convidados para lugares na diretoria de bancos.)

Ademais, a modernidade dessa turma mantém uma tarifa proibitiva de 30% para a importação de computadores, enquanto cobram só 11% para a compra de comida de gato americana.